COMENTÁRIO DA GESTÃO

SETEMBRO 2026

Reach

Prezados (as) cotistas,

Em linha com nosso compromisso com nossos clientes e parceiros, além deste conteúdo mensal, criamos também um canal de notícias no whatsapp com conteúdo diário, onde vocês poderão acompanhar mais de perto nossas pesquisas, notícias e ideias. Para fazer parte do canal, clique no link: https://whatsapp.com/channel/0029VbBDmsz90x2nmqDn960x

Abaixo, o conteúdo elaborado pelo nosso Economista-Chefe, Igor Barenboim. Ao final da carta, trazemos também a visão da Gestão para os fundos da Reach.

Boa leitura!

O MERCADO JÁ VOTOU

Se a carta do mês passado terminava com a eleição brasileira tecnicamente empatada — "cabeça a cabeça", como escrevemos — o primeiro turno de 4 de outubro mudou o prognóstico de forma relevante. Flávio Bolsonaro terminou a primeira volta à frente de Lula, com 47,03% dos votos válidos contra 45,16% — uma vantagem de pouco mais de 2,2 milhões de votos — e o segundo turno está marcado para 25 de outubro. Mas o resultado presidencial foi, em certo sentido, o menos surpreendente dos três movimentos do dia: a coligação de direita (PL, PP, Republicanos e Novo) já garantiu 43 das 81 cadeiras do Senado — maioria suficiente (41 votos) para abrir processos de impeachment contra ministros do STF, embora ainda faltem 11 votos para uma eventual cassação, que exige 54 — e 20 dos 27 estados já elegeram seus governadores logo no primeiro turno, com prevalência impressionante de nomes alinhados à direita.

Esse conjunto de resultados já está dado, independentemente do que acontecer no segundo turno. E ele muda a leitura sobre o que vem a seguir de duas formas. Primeiro, a aritmética do segundo turno favorece Flávio: a abstenção historicamente não varia muito entre primeiro e segundo turnos no Brasil, o que limita o espaço para uma reversão baseada em mobilização de eleitores que ficaram em casa em outubro. Combinado à distância já aberta e à dificuldade histórica de terceiros colocados transferirem votos de forma automática para o segundo colocado, o cenário-base passou a ser de vantagem para Flávio — não todo mundo que votou em nomes de centro ou terceira via precisa migrar para Lula, e uma fração relevante tende a preferir o campo que já venceu o primeiro turno. Na prática, para perder, Flávio precisa errar; jogando parado, tem tudo para manter os votos atuais e ainda somar parte do eleitorado disperso. Segundo, e talvez mais importante para o investidor: com maioria de direita no Senado já consolidada e o próprio STF devendo se recompor com o tempo nessa direção, o ambiente para destravar pautas de desregulamentação e simplificação tributária — hoje represadas por entraves infralegais e por uma Corte historicamente mais intervencionista — melhora de forma estrutural, não apenas conjuntural.

Não é por acaso que o mercado reagiu com força incomum na manhã seguinte ao primeiro turno. O Ibovespa disparou 7,70% em 5 de outubro, encerrando o dia em 206.911,89 pontos — primeira vez acima da marca psicológica de 200 mil pontos e maior alta diária desde março de 2020, no início da pandemia. O dólar, por sua vez, caiu 4,12% ante o real, fechando a R$ 5,00. O volume negociado superou cinco vezes a média diária recente. Tratamos esse movimento com cautela — expectativas que ficaram represadas por meses se reprecificam de uma vez, e expectativas de mercado seguem voláteis nos dois sentidos até o resultado final em 25 de outubro —, mas o tamanho da reação já é, por si só, um dado

relevante sobre o quanto o cenário fiscal-eleitoral estava descontado de forma excessivamente pessimista até a última semana de setembro.

1. Panorama Global

Fora do Brasil, o mês foi dominado por uma mudança de humor em relação ao Fed, parcialmente neutralizada pela persistência de juros longos elevados em todo o mundo desenvolvido. O PCE de agosto veio em 3,4% a/a, abaixo do consenso de 3,7% — uma surpresa baixista que reduziu a urgência de uma nova alta do Fed Funds na reunião de 27-28 de outubro, mesmo com os índices cheio e núcleo ainda bem acima da meta de 2%. A probabilidade de alta de 25 bps em outubro, medida pelo Polymarket, recuou de forma abrupta para 34%, com 66% do mercado agora esperando manutenção.

O problema, porém, não está mais concentrado apenas na inflação corrente — está na parte longa da curva. A Treasury de 10 anos fechou setembro em 5,29% e a de 30 anos em 5,64%, maior nível em mais de 20 anos, movida por fatores fiscais e por prêmio de prazo, não só por expectativas de inflação. A atividade americana segue resiliente o suficiente para justificar esse patamar de juros: os pedidos contínuos de seguro-desemprego estão na mínima desde 2023, e a renda nominal cresce no ritmo mais forte desde 2006 (excluindo o período de pandemia) — compatível, segundo estimativas que acompanhamos, com uma Treasury de 10 anos "justa" entre 5,5% e 5,8%. O payroll de setembro, divulgado em 2 de outubro, é o próximo teste relevante para calibrar o tom do FOMC: o consenso apontava para cerca de 90 mil vagas e desemprego em 4,1%.

A alta de juros longos não é exclusividade americana. Na Europa, o destaque do mês foi a França, que já paga o juro de 10 anos mais alto da Zona do Euro (4,78%), acima de Itália (4,60%) e Grécia (4,44%) — reflexo direto da deterioração fiscal francesa, não de um movimento só de política monetária do BCE. No mercado de petróleo, as exportações do Golfo já voltaram ao nível pré-guerra, mesmo com o Irã praticamente zerado como exportador, mas o preço não acompanhou a normalização da oferta: o Brent fechou setembro perto de US$ 98, cerca de US$ 30 acima do nível de um ano atrás, sustentando um prêmio de risco que segue alimentando tanto a inflação quanto os juros longos globais.

Vale registrar ainda um tema estrutural que vem ganhando espaço nas discussões do nosso comitê: a concentração recorde do S&P 500 em um pequeno grupo de ações ligadas a inteligência artificial — o chamado "AI Big 10" já responde por 41% do valor de mercado das bolsas americanas, patamar de concentração equivalente ao pico de bolhas anteriores. Um risco secundário, mas que começa a ser discutido por casas como a Apollo, é o de uma eventual "corrida bancária" via agentes de IA: a automação da gestão de caixa pessoal e corporativa pode acelerar a migração de depósitos de contas que rendem 0,1% para opções de 3,3%-5,0%, encarecendo o funding bancário de forma mais rápida do que ciclos anteriores de desintermediação.

2. Cenário Brasil: Mercado de Trabalho e Fiscal

Os dados de emprego de agosto surpreenderam de forma expressiva: o Caged registrou 165,8 mil vagas formais criadas, muito acima do consenso de 106,9 mil (a própria XP projetava 86,6 mil). Com ajuste sazonal, a XP estima uma criação de 83 mil vagas no mês, após 49 mil em julho — uma aceleração, não uma desaceleração. Esse aperto no mercado de trabalho é uma faca de dois gumes para a política monetária: por ora, limita o espaço para novos cortes de Selic no curto prazo, já que a atividade doméstica não dá sinais de arrefecimento suficiente para justificar um ciclo de afrouxamento mais agressivo enquanto o quadro eleitoral não se resolve.

No lado fiscal, a deterioração seguiu seu curso ao longo do mandato: a despesa primária acumula alta real de cerca de 6% ao ano desde 2023 — ritmo muito superior ao que o antigo teto de gastos permitia entre 2016 e 2020 —, os juros nominais pagos em 12 meses chegaram a 8,9% do PIB (R$ 1,2 trilhão) e a dívida bruta do governo geral avançou para 82,9% do PIB em agosto. É esse pano de fundo — trabalho apertado, fiscal frouxo, juro real elevado — que torna o resultado eleitoral de outubro o fator dominante para a trajetória dos próximos trimestres, mais do que qualquer dado pontual de atividade ou inflação.

3. O Que Esperar: Super PEC e Trajetória de Juros

Segundo informações que vimos acompanhando de perto junto à campanha de Flávio Bolsonaro, a estratégia econômica do entorno do candidato está centrada em usar o capital político do resultado eleitoral imediatamente após uma eventual vitória, aprovando uma "Super PEC" ainda durante o período de transição — antes mesmo da posse em janeiro de 2027. A ideia é combinar um ajuste fiscal da ordem de R$ 190-200 bilhões (cerca de 1,5% do PIB) com mudanças profundas de governança fiscal, usando o fim da reeleição presidencial como principal moeda de barganha política junto ao Congresso e ao Centrão. A PEC teria um menu de 9 a 10 medidas, o que permite negociar a composição exata dos cortes sem abrir mão da magnitude total do ajuste — o oposto, em espírito, da PEC da Transição de 2022/2023 de Lula: em vez de abrir cerca de R$ 200 bilhões de espaço fiscal adicional, o objetivo declarado é retirar uma cifra equivalente de despesa primária. A aposta da campanha é que a combinação de vitória eleitoral com avanço rápido da PEC já durante a transição seria capaz de produzir uma queda expressiva do prêmio de risco e da curva de juros brasileira antes mesmo da posse — algo que o movimento de mercado do dia 5 de outubro já começa a antecipar.

Se esse cenário se confirmar, nossa leitura é de uma consolidação fiscal mais crível, abrindo espaço real para queda da Selic e valorização dos ativos brasileiros via dois canais simultâneos: juros mais baixos (compressão de prêmio de risco) e um ambiente regulatório mais leve, dado o Congresso e, com o tempo, o próprio STF mais alinhados a uma agenda de desregulamentação. O crescimento de curto prazo deve sofrer com o ajuste fiscal em si — consolidação fiscal costuma ser contracionista no primeiro momento —, mas a atividade de médio prazo tende a se elevar à medida que juros mais baixos e menos regulação destravam investimento privado. Já o real não tem muito mais espaço estrutural para se apreciar a partir daqui: com a Selic caindo, o diferencial de juros que hoje sustenta o carry trade se estreita, limitando o potencial de valorização adicional do câmbio mesmo num cenário fiscal benigno. Por isso, dentre as classes de ativos domésticas, os "melhores cavalos" desse cenário nos parecem ser a bolsa — pela combinação de juros menores com reprecificação de risco — e os títulos pré-fixados, que capturam diretamente o movimento de queda da curva.

4. Política Monetária Nacional (Copom/BCB)

Num quadro de mercado de trabalho apertado e fiscal ainda frouxo, o espaço para o Copom antecipar cortes antes da resolução do quadro eleitoral segue limitado. O ritmo de afrouxamento monetário nos próximos meses deve continuar condicionado tanto à evolução do emprego formal quanto, de forma crescente, ao desfecho do segundo turno em 25 de outubro e à velocidade com que uma eventual Super PEC avança no Congresso. Um resultado favorável a Flávio combinado a sinalização fiscal concreta já na transição tende a acelerar de forma relevante as expectativas de corte de juros embutidas na curva — o inverso do cenário de continuidade, em que a trajetória fiscal atual (seção 2) segue limitando o espaço de manobra do BCB.

5. Mercados e Preços de Ativos — Fechamento de Setembro

Ibovespa e Câmbio: O grande evento do mês para ativos brasileiros foi, sem dúvida, o pregão de 5 de outubro: alta de 7,70%, para 206.911,89 pontos, rompendo pela primeira vez os 200 mil pontos, com volume mais de cinco vezes a média diária recente. O dólar caiu 4,12% ante o real, fechando a R$ 5,00. Tratamos o movimento como uma reprecificação legítima de expectativas represadas, mas reconhecemos que expectativas de mercado seguem voláteis nos dois sentidos até o resultado do segundo turno.

Treasuries e Europa: Nos EUA, a Treasury de 10 anos fechou setembro em 5,29% e a de 30 anos em 5,64%, maiores níveis em mais de 20 anos, movidos por fiscal e prêmio de prazo. Na Europa, a França segue como destaque negativo, pagando 4,78% nos títulos de 10 anos — acima de Itália e Grécia —, evidenciando que o problema de juro longo elevado é global e concentrado nos países mais endividados, não um fenômeno isolado dos EUA.

Petróleo e Concentração de Mercado: O Brent fechou setembro perto de US$ 98, sustentando prêmio de risco mesmo com a oferta do Golfo já normalizada. Nas bolsas americanas, a concentração recorde do "Al Big 10" (41% do valor de mercado) segue como o principal risco estrutural a monitorar para o apetite por risco global nos próximos meses.

6. Conclusão e Prognóstico

A eleição brasileira passou a ser, de forma ainda mais clara do que no mês passado, o fator dominante para a alocação de ativos domésticos nas próximas semanas. Com Flávio Bolsonaro à frente após o primeiro turno, maioria de direita já garantida no Senado, 20 governadores de perfil majoritariamente alinhado à direita eleitos ainda na primeira volta e uma dinâmica de abstenção que historicamente não favorece reversões no segundo turno, o cenário-base passou a ser de continuidade dessa vantagem até 25 de outubro — para perder, Flávio precisa essencialmente errar. Caso esse cenário se confirme, esperamos uma Super PEC agressiva ainda durante a transição, com ajuste fiscal da ordem de R$ 190-200 bilhões, abrindo caminho para uma consolidação fiscal mais crível, queda estrutural da Selic e reprecificação positiva de ativos de risco brasileiros — com a bolsa e os títulos pré-fixados como as classes mais diretamente beneficiadas, já que o real tem pouco espaço adicional de apreciação à medida que o diferencial de juros se estreita.

Essa leitura, porém, convive com riscos relevantes que merecem monitoramento ativo até a posse em janeiro. No front externo, o Fed segue com menos urgência para subir juros em outubro após o PCE mais fraco, mas a pressão da parte longa da curva — americana e global — deve continuar limitando o apetite por risco em ativos de duration longa, inclusive no Brasil. No front doméstico, o principal risco de cauda que identificamos é político, não econômico: uma narrativa de interferência externa no processo eleitoral — tema já presente na imprensa internacional, incluindo manchete recente do New York Times sobre temores de ingerência americana na eleição brasileira — pode ser usada para contestar o resultado do segundo turno, abrindo espaço para um cenário de transição contestada mesmo diante de uma vitória eleitoral clara. É um risco de baixa probabilidade, mas de impacto elevado o suficiente para justificar cautela na velocidade de qualquer realocação de portfólio nas próximas semanas — o mercado já votou em 5 de outubro, mas o resultado final da eleição, e a capacidade do vencedor de efetivamente tomar posse e executar sua agenda, ainda não estão selados.

Como oportunidade tática, mantemos o crédito privado doméstico em destaque, com concessões em expansão e inadimplência sob controle. Como riscos centrais para o restante do ano, destacamos: (i) o desfecho do segundo turno em 25 de outubro e a velocidade de tramitação de uma eventual Super PEC na transição; (ii) o risco de contestação do resultado eleitoral e de uma transição política conturbada; (iii) a trajetória do Fed Funds e, sobretudo, da parte longa da curva americana após o payroll de setembro e a

reunião de 27-28 de outubro; e (iv) a concentração recorde em ações ligadas a IA nos EUA, tema que pode se tornar fonte de volatilidade global independentemente do desfecho da eleição brasileira.

- COMENTÁRIOS DOS GESTORES

REACH TOTAL RETURN

Em setembro, o Reach Total Return performou abaixo de seu benchmark, impactado pelo posicionamento mais defensivo da carteira, conforme comentado nas últimas cartas. Destacam-se positivamente as ações ligadas ao ciclo doméstico, beneficiadas com a redução nas taxas de juros longas brasileiras; e as posições no mercado de juros brasileiro, via cupom cambial e nos vértices intermediários da curva, bem como a posição comprada na Treasury americana de 10 anos. Entre as contribuições negativas, as posições em mineração em terras raras, Nubank e Mercado Livre foram detratores da performance, apesar de desdobramentos positivos para as teses ao longo do mês.

No book de juros e moedas, reduzimos a posição direcional comprada em dólar contra real, devido à mudança nas probabilidades do resultado eleitoral brasileiro, mas seguimos comprados via opções, que podem se beneficiar da convexidade eleitoral. A posição na Treasury foi realizada com ganhos expressivos, enquanto seguimos posicionados nos vértices intermediários da curva de juros brasileira, que apresentam grande assimetria em nossa visão.

No book de ações, voltamos a aumentar a nossa alocação nos setores ligados à economia doméstica e de *duration* longa, e reduzimos a exposição ao setor financeiro. Também iniciamos novas posições *long & short* nos setores imobiliário e de mineração, enquanto encerramos o *long & short* no setor de locação de equipamentos.

REACH FIA

O aumento da probabilidade da vitória do candidato da oposição dominou a dinâmica de precificação dos ativos de risco no mês de setembro. O Reach FIA auferiu rentabilidade de +0,28% no mês, porém abaixo do benchmark em função do perfil mais defensivo da carteira.

Entre os destaques positivos, destacam-se as teses que se beneficiam da redução da taxa de juros longa brasileira, como Localiza, BTG Pactual e Ecorodovias, posição iniciada neste mês visando combinar o perfil defensivo das concessões rodoviárias da companhia com a estrutura de capital e comprometimento de CapEx elevados, que a tornam um dos cases mais sensíveis à precificação longa da curva de juros brasileira. Entre os destaques negativos, nossa tese de mineração de terras raras reverteu parte da performance positiva observada em agosto e foi a principal detratora de performance no mês apesar de desenvolvimentos positivos na tese, como a equalização do *funding* para financiar o investimento na planta e a aquisição de uma mineradora, vizinha dos seus ativos, por múltiplo expressivo comparado à atual cotação em bolsa.

Seguimos construtivos com os fundamentos das nossas principais posições, que tendem a se beneficiar de um cenário mais construtivo para ativos de risco, a depender do resultado eleitoral a ser conhecido no próximo dia 04 de outubro.

REACH GLOBAL

Em setembro, o Reach Global teve desempenho negativo e abaixo do seu índice de referência, impactado principalmente pela exposição a commodities, que retirou cerca de 3% da rentabilidade do fundo. O principal detrator foi a posição em terras raras, que caiu aproximadamente 12% no mês, influenciada pelo impasse entre EUA e China sobre o tema, apesar da evolução positiva da tese com a aprovação da primeira parcela de financiamento de R$ 77,5 milhões pelo BNDES e a inclusão da companhia no índice All Ordinaries da bolsa australiana. Metais preciosos, gás natural, fertilizantes e urânio também contribuíram

negativamente, em um ambiente de alta dos juros americanos e correção dos metais. Em contrapartida, semicondutores e infraestrutura de inteligência artificial contribuíram positivamente, com destaque para a Intel, que avançou cerca de 34% no mês. Entre as grandes empresas de tecnologia, a Meta também se destacou positivamente, mais do que compensando a queda de Amazon no período. Ao longo do mês, reduzimos a exposição a commodities de 30% para cerca de 25%, zerando as posições em mineradoras de ouro e derivados de petróleo e reduzindo urânio pela metade. Terras raras foi a exceção: aumentamos a posição durante a queda e o ativo encerrou setembro como a maior posição do fundo, representando cerca de 10% da carteira. Conforme antecipamos no mês anterior, voltamos a aumentar a exposição a semicondutores, diante da retomada da performance relativa do setor, enquanto dobramos as posições em grandes empresas de tecnologia, atingindo cerca de 11% de exposição no fundo. Também elevamos a exposição a bitcoin. Encerramos setembro com a maior parte do portfólio direcionado aos temas de semicondutores e commodities, além de posições em grandes empresas de tecnologia, bitcoin, software e infraestrutura elétrica. Seguimos acreditando em inteligência artificial e ativos reais como nossas principais teses estruturais, mas mantemos atenção à trajetória dos juros americanos, que permanece como o principal risco para a carteira no curto prazo.

REACH SMALL CAPS

Em setembro, o fundo teve desempenho ligeiramente positivo enquanto seu benchmark enfrentou forte alta. A alta do índice veio concentrada em *large caps*, como grandes bancos, Petrobras e elétricas, setores que não fazem parte da estratégia do fundo. Os destaques positivos foram Randon, beneficiada pela rotação do mercado para empresas mais sensíveis à queda de juros, Blau e Cruzeiro do Sul. Do lado negativo, PicPay foi a principal detratora, diante do receio do mercado sobre o ciclo de crédito e com a sinalização do Banco Central de medidas para conter o endividamento das famílias — a companhia, por sua vez, reafirmou em público que não vê deterioração na carteira e manteve as projeções para o terceiro trimestre.

Ao longo do mês, aumentamos as posições em PicPay e Randon. Em PicPay, usamos a queda para comprar uma companhia que cresce 60% ao ano e negocia a menos de 3x o lucro que ela própria indica para 2027. Em Randon, a ação segue com desconto relevante para a soma de suas partes, e a queda dos juros alivia justamente a linha que mais pesa no resultado. Zeramos BYMA: o risco-país argentino voltou a subir e a eleição ficou mais disputada, e preferimos sair diante de um cenário mais conturbado.

REACH HIGH GRADE

Em setembro de 2026, a carteira do Reach High Grade apresentou abertura média de spreads de 4 bps. Os principais detratores de performance foram as debêntures da Enel Ceará, com abertura de 34 bps, e as debêntures do Assaí, com abertura de 42 bps. No caso da Enel Ceará, a abertura refletiu preocupações do mercado quanto a uma possível caducidade da concessão da Enel São Paulo, o que aumentaria a incerteza sobre a renovação da concessão da subsidiária do grupo no Ceará. Como o prazo da dívida é mais alongado, e vence após o término do contrato de concessão, optamos por reduzir a exposição ao nome. Já em relação ao Assaí, a empresa foi citada em investigação do Ministério Público de São Paulo sobre suposto esquema de fraudes em pedidos de ressarcimento de créditos de ICMS. A investigação aponta benefícios recebidos da ordem de R$ 800 milhões, valor que, mesmo em um cenário de ressarcimento devido pela empresa, nos parece um passivo administrável frente à geração de caixa do Assaí. A empresa nega qualquer irregularidade: notificada em 2025 pela Secretaria da Fazenda sobre a comprovação dos processos, apresentou resposta com a demonstração dos valores ressarcidos e de sua utilização na apuração do ICMS.

Do lado positivo, o principal destaque foi a debênture de Ânima, com fechamento médio de 21 bps, dando sequência ao movimento observado no mês anterior.
No mês, recebemos aportes substanciais, que elevaram o caixa do fundo para 43% do PL. Aguardamos mais clareza sobre o resultado das eleições para definir a estratégia de alocação, cujo desfecho deverá orientar se aumentaremos ou reduziremos nossa propensão à tomada de risco. Atualmente, o carrego da carteira está em cerca de CDI + 0,84% a.a., o nível mais baixo desde o início do fundo, mas que deve retornar a patamares mais próximos de CDI + 1,20% a.a. à medida que o cenário de alocação se tornar mais definido.

REACH CRÉDITO ESTRUTURADO

Ao final de setembro de 2026, a carteira do Reach Crédito Estruturado apresentava carrego bruto de CDI + 3,0% a.a. e *duration* de 1,3 anos, ambos com redução significativa em relação ao mês anterior, em razão do recebimento de novos aportes. A captação no fundo segue em um excelente nível, e o fundo ultrapassou R$ 300 milhões e resultando em aumento momentâneo no nível de caixa.
O número de operações saltou de 30 para 35, sendo 34 FIDCs e 1 debênture de securitização. A alocação continua majoritariamente em cotas seniores, com boa diversificação entre diferentes tipos de lastro. As duas principais classes de ativos são Multi-cedente/Multi-sacado, com 15% do PL, e Consignado Público, com 12%. Nos próximos meses, esperamos seguir adicionando novos ativos de forma gradual, com o objetivo de atingir aproximadamente 40 operações.
Na alocação por tipo de cota, a parcela mezanino reduziu-se marginalmente de 17% para 15%. Ainda assim, esperamos elevar sua participação para cerca de 20% da carteira, de forma a capturar prêmio adicional em estruturas cujas garantias e histórico de inadimplência já foram validados pelo processo de due diligence proprietário da Reach Capital.
A carteira do fundo permanece saudável, sem casos relevantes de desenquadramentos ou deterioração significativa de carteira.

Reach

▪ RENTABILIDADES

Fundo	set/26	2026	12 Meses	Desde o início	Início
REACH TOTAL RETURN	-0,3%	-10,5%	-1,4%	299,9%	29/12/2016
Diferencial IMA-B	-3,5%	-20,6%	-15,2%	152,6%	
REACH FIA	0,3%	-7,2%	1,8%	261,9%	01/12/2014
Diferencial Ibovespa	-4,7%	-22,9%	-25,6%	5,4%	
REACH SMALL CAPS	0,3%	-0,4%	6,4%	20,3%	09/04/2024
Diferencial Ibovespa	-4,7%	-16,1%	-20,9%	-23,1%	
REACH GLOBAL	-2,6%	-0,7%	-0,2%	15,6%	25/03/2025
Diferencial MSCI ACWI	-2,2%	-7,2%	-14,0%	-6,5%	
REACH TR XP SEGPREV	1,7%	-5,6%	5,0%	43,5%	26/04/2023
Diferencial IMA-B	-1,4%	-15,7%	-8,8%	10,6%	
REACH PREV MODERADO FIM	0,4%	-3,6%	1,5%	47,6%	13/06/2019
% CDI	35,5%	-33,8%	10,1%	49,2%	
REACH HIGH GRADE	1,0%	10,7%	14,7%	17,8%	28/07/2025
% CDI	96,5%	102,1%	101,3%	102,2%	
REACH CRÉDITO ESTRUTURADO	1,2%	12,2%	16,7%	20,3%	21/07/2025
% CDI	112,5%	115,8%	115,1%	114,7%	

Indices	set/26	2026	12 Meses
CDI	1,1%	10,5%	14,5%
Ibovespa	5,0%	15,6%	27,3%
IMA-B	3,1%	10,1%	13,8%
MSCI ACWI	-0,4%	6,4%	13,9%

DISCLAIMER:Este material tem caráter exclusivamente informativo e tem como objetivo apresentar comentários sobre o mercado e os principais fundos sob administração da Reach Capital Investimentos S.A. ("Reach Capital"). As informações aqui contidas foram obtidas de fontes consideradas confiáveis e refletem a opinião da Reach Capital na data de sua elaboração, podendo ser alteradas sem aviso prévio. Este material não constitui oferta de venda ou solicitação de compra de cotas de fundos de investimento ou de qualquer outro ativo. As opiniões e estimativas apresentadas refletem exclusivamente a visão da gestora na data de sua elaboração e não apresentam promessa ou garantia de rentabilidade. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos e a rentabilidade passada não representa garantia de resultados futuros. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito - FGC. É recomendada a leitura cuidadosa do regulamento e da lâmina de informações essenciais antes de investir.Esses documentos podem ser obtidos na seção de informação aos cotistas no site do administrador dos fundos (https://www.btgpactual.com/; https://servicosfinanceiros.bnymellon.com/; e https://www.daycoval.com.br/).Para avaliação da performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de um período mínimo de 12 (doze) meses. Fundos multimercado e estratégias que utilizam derivativos podem incorrer em perdas superiores ao capital investido. Fundos de ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Fundos globais podem estar sujeitos à variação cambial. Fundos de previdência seguem regras específicas e não garantem benefício futuro. Fundos de crédito privado podem estar sujeitos a riscos de liquidez e de crédito dos emissores. A Reach Capital não se responsabiliza por erros, omissões ou imprecisões no conteúdo das informações divulgadas, nem por decisões de investimentos tomadas com base neste material. Este documento não substitui a lâmina de informações essenciais, tampouco constitui demonstração de desempenho. Para confirmação de informações, entre em contato com a Reach Capital.

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Rua Iguatemi, 448 – 16° andar • Itaim Bibi • São Paulo - SP
CEP: 01451-010 • TEL: 55 11 2348-0100